



USP ESALQ – ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

Veículo: Yahoo!

Data: 29/05/2012

Link: <http://br.noticias.yahoo.com/>

Caderno / Página: - / -

Assunto: Código Florestal permite maior autonomia dos estados

Código Florestal permite maior autonomia dos estados

SÃO PAULO - As mudanças no texto do Código Florestal, publicadas nesta segunda-feira no Diário Oficial da União, permitem uma maior autonomia dos estados na questão do zoneamento ambiental, segundo o procurador da República no Pará, Bruno Valente. O procurador usa como exemplo o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) no Pará, que começou a ser feito pelo oeste do estado, uma área com menos ocupação urbana.

- O estudo mais recente desde o início do ZEE simplesmente apontou uma redução da reserva legal aqui no Oeste do Pará, independente de ser ocupada. Já tínhamos uma maior flexibilização nos estados da Amazônia Legal antes do código. Agora, ele ainda abre brechas para uma ainda maior, e isso é meio perigoso. Aqui temos muitas coisas feitas com propósitos populista e eleitoral - salienta.

Para Valente, outro ponto do texto considerado negativo diz respeito às anistias até 22 de julho de 2008. Diz o texto que os que desmataram até essa data serão obrigados a recompor a vegetação.

- Nós (Ministério Público Federal no Pará) estamos trabalhando junto à população para mostrar que vale a pena cumprir a lei, para não ser penalizado. Aí vem o novo código na contramão; e quem desmatou mais do que podia acabou levando vantagem. O código diz, ainda, que as APPs (Áreas de Proteção Permanentes) são vitais, mas abre mão da recomposição delas em determinadas hipóteses - acrescenta o procurador.

À reportagem do GLOBO o secretário extraordinário para o programa Municípios Verdes do governo do Pará, Justiniano Neto, afirmou, nesta segunda-feira, que o estado não vai admitir afrouxamento na legislação ambiental, mesmo que ocorra no âmbito federal.

- Os estados podem ser mais restritivos. Qualquer afrouxamento que seja feito a nível federal não vamos admitir. Minha preocupação é o que sairá do Congresso Nacional na votação da Medida Provisória. Na prática, segue incerto - disse.

O professor Ricardo Rodrigues, do Departamento de Ciências Biológicas da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo (Esalq/USP), diz que com o novo texto do Código Florestal o Brasil "perdeu uma grande oportunidade de se diferenciar dos demais ao produzir alimentos de forma sustentável, e dentro de uma paisagem de alta diversidade".

- O Brasil é um país agrícola, e tem tudo para se diferenciar através da sustentabilidade ambiental, dentro de uma paisagem de alta diversidade, diferente dos outros países como Estados Unidos e Canadá. E esse código faz o Brasil perder essa possibilidade - diz o professor, que acrescenta.

- Nós temos no país um problema de política agrícola, não de política ambiental. Aqui, 2/3 da área agrícola total, estimada em 270 milhões de hectares, é utilizada com pecuária de baixa produtividade, com uma cabeça, uma unidade animal por hectare por ano, segundo o próprio governo (federal). E essas áreas poderiam ser ocupadas com florestas nativas, já que não são produtivas.

Para o especialista em políticas públicas do WWF-Brasil, Kenzo Jucá, que critica principalmente as anistias dada a desmatadores no novo texto, a Rio+20 será uma esperança "não só para os ambientalistas como para a sociedade como um todo que pediu o veto total da presidente Dilma Rousseff ao Código Florestal".

- O Comitê Brasil em Defesa das Florestas, composto não só por ambientalistas mas também por outras entidades da sociedade, está vislumbrando na Rio + 20 a última grande oportunidade do governo voltar atrás nessa decisão. Acreditamos não ser essa uma decisão definitiva, pois haverá uma série de questionamentos judiciais bastante consistentes em relação ao Código Florestal.

Jucá destaca a questão das anistias como uma das mais graves do código, dizendo que o texto abre brecha para novos desmatamentos. Ele cita como exemplo, além da data de 2008 como linha de corte para manutenção de áreas desmatadas, a questão da anistia total da recomposição de Áreas de Preservação Permanente (APPs) em topos de morro e encostas e nos manguezais - este último, para ele, tem ocupação incentivada na Mata Atlântica e Amazônia, inclusive.